

O **TABELIONATO DE NOTAS DE CATUÍPE/RS** se preocupa com sua privacidade e, por isso, entende a importância de você, enquanto titular de seus dados pessoais, ter transparência de como tratamos seus dados pessoais em virtude da sua relação conosco.

1. O QUE VOCÊ PRECISA SABER ANTES DE LER ESTA POLÍTICA

Essa Política de Privacidade faz parte de um conjunto de medidas que o Tabelionato adota visando conformidade em especial com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e o Provimento nº 134/2022 do Conselho Nacional de Justiça, dentre outras regulações aplicáveis.

Para cumprir com as atribuições específicas previstas, em especial, na Lei nº 8.935/95, e praticar os atos notariais, o Tabelião de Notas de Catuípe/RS, Bel. Fabio Cavichioli, trata dados pessoais ocupando posição de controladora de dados.

Essa política de privacidade deve ser lida e compreendida. Caso tenha dúvidas, entre em contato conosco. Também sugerimos que esta Política seja periodicamente consultada, já que será atualizada sempre que necessário.

A fim de permitir a melhor compreensão desta política, esclarecer o significado de algumas expressões é importante:

- 1. Dado Pessoal:** qualquer informação relacionada a pessoa física identificada ou identificável.
- 2. Dado Pessoal Sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- 3. Titular de Dados:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. Ou seja, você.
- 4. Tratamento de Dados:** toda operação realizada com dados pessoais, como por exemplo: coleta, recepção, acesso, classificação, utilização, processamento, reprodução, transferência, compartilhamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, modificação, comunicação ou extração.
- 5. Finalidade:** o objetivo, o propósito que se deseja alcançar com o tratamento de dados pessoais.
- 6. Base Legais (Hipóteses de Tratamento de Dados):** fundamentação legal que torna legítimo o tratamento de dados pessoais. O consentimento, o cumprimento de obrigação legal, o cumprimento de obrigação contratual e o legítimo interesse são exemplos de bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais, conforme previsto na LGPD.

7. **Controlador de Dados:** é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou de direito privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e a definição das finalidades desse tratamento. É o Tabelaio de Notas.
8. **Operador de Dados:** é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Todos aqueles que, como pessoas distintas do controlador, sem relação de subordinação, tratam dados em seu nome.
9. **Uso compartilhado de dados:** comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.
10. **Cookies:** arquivos de Internet que armazenam, por determinado período, as informações sobre a navegação do usuário na Internet e que podem, em alguns casos, envolver dados pessoais. Os cookies podem ser de duas espécies:
 - a. **Cookies persistentes:** permanece no disco rígido do usuário depois que o navegador é fechado e será usado novamente em visitas subsequentes ao mesmo site.
 - b. **Cookies de sessão:** são temporários e desaparecem depois que o navegador é fechado, ou seja, quando a sessão do usuário é encerrada.
11. **Incidente de Violação de Dados:** Incidente de Segurança da Informação que tenha como consequência violação de dados pessoais.

2. QUAIS DADOS SÃO TRATADOS?

Para lavratura de atos notariais, tais como escrituras públicas, procurações, atas notariais e testamentos, são coletados diversos dados pessoais, os quais podem variar, por exemplo, se for uma escritura pública imobiliária, de divórcio, de inventário e partilha etc. Em geral, coleta-se nome completo, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, sexo, profissão, estado civil, número de RG, inscrição no CPF, endereço, telefone, e-mail, foto, biometria, dados de filiação, do cônjuge e dos filhos, se necessário, dados sobre óbito, se necessário, dentre outros, sempre levando em consideração apenas os dados necessários para a lavratura dos atos, respeitando-se as exigências legais. Contudo, é importante que fique claro que o Tabelaio de Notas trata dados pessoais, inclusive dados sensíveis, dados de crianças e de adolescentes e de outros vulneráveis, apenas na exata medida da necessidade, bem como com os cuidados exigidos pela LGPD.

Nosso atendimento, que poderá gerar ou não a lavratura de um ato notarial, pode iniciar no balcão da serventia, ou através de nossos canais de comunicação, tais como: e-mail, serviço de mensagem web e site na Internet, sendo que neste último, mais voltado para prestar informações sobre nossos serviços, assim como para recrutamento e seleção. Quando seu atendimento inicia, podemos coletar, antes mesmo de realizar o cadastro, o nome, e-mail, CPF e telefone de contato. Tais dados são coletados para lhe prestar um adequado atendimento e para que sua relação conosco seja eficaz, trazendo benefícios como agilidade, praticidade e segurança ao seu atendimento.

Além dos dados de clientes, efetivos e/ou potenciais, a serventia poderá contratar fornecedores ou prestadores de serviço que serão operadores de dados, aos quais se transfere parte do tratamento que seria realizado pelo controlador, mas sob o comando deste. Os operadores de dados deverão, para se relacionar conosco, comprovar que adotam medidas técnicas e administrativas destinadas à proteção de dados, estando em conformidade legal.

3. O TABELIONATO TRATA DADOS PELA OFERTA DE COOKIES? QUAL É A POLÍTICA DE COOKIES?

Sim, tratamos dados através da oferta de *cookies*, com intuito de lhe proporcionar uma boa experiência durante e após sua navegação em nosso sítio eletrônico. Usamos cookie de sessão que nos ajuda a reconhecê-lo durante uma mesma sessão em nosso site, sem que seja necessário ficar validando seus acessos por senha. Também usamos cookies persistentes quando você faz um cadastro em nosso site, por exemplo, no campo “trabalhe conosco”, permitindo que o site lembre seus dados de conta em novos acessos.

Nossa política de *cookies* permite que você possa aceitá-los ou não, salvo em relação aos *cookies* essenciais, sem os quais o serviço oferecido pelo sítio eletrônico do Tabelionato pode ser afetado. Se você não sabe o que são *cookies*, volte para o item 1 desta política em que há um glossário que os define. Caso seja do seu interesse obter mais informações sobre os *cookies* que ofertamos no site, visite o link exibido no rodapé do site “Gerenciar *Cookies*” e ative ou desative o que achar necessário.

4. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS?

Os dados são fornecidos, em regra, pelo próprio titular que participa do ato notarial (ex. vendedor que encaminha pedido de escritura de compra e venda), mas estes atos também podem envolver dados de terceiros que participam do ato notarial (ex. o comprador, em ato encaminhado pelo vendedor) e terceiros referidos no ato notarial (ex. pessoa mencionada em uma ata notarial). Portanto, os dados podem ser coletados quando fornecidos pelo próprio titular ou por terceiros, estes incluindo os intermediários como advogados, corretores e despachantes.

Os dados são coletados no balcão do Tabelionato, mas também por meios eletrônicos. No caso dos dados coletados via Internet, seja pelo sítio eletrônico, no canal de contato (mensagens e trabalhe conosco) ou pela utilização de *cookies* de navegação, seja por serviços de mensageria, é importante dizer que todas as coletas são realizadas tendo como premissa seu interesse em nos contactar e interagir conosco. Para tanto, usamos serviços de mensageria instantânea, formulários de contato via Internet ou ainda e-mails de contato. Contudo, tratamos seus dados com cuidado e seriedade.

5. QUAL A FINALIDADE DO TRATAMENTO DOS DADOS E QUAL A BASE LEGAL QUE AUTORIZA O TRATAMENTO?

O Tabelionato trata os dados para finalidades legítimas e específicas, em especial para a execução dos serviços concernentes à atividade notarial, estabelecidos pela legislação visando publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos (art. 1º da Lei n. 8.935/94). O

TRATAMENTO DE DADOS DECORRENTE DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NOTARIAL SE DÁ COM BASE NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL, SENDO ESTA A BASE LEGAL QUE O AUTORIZA.

Para além disso, o Tabelionato também coleta dados:

- ✓ Para atendimento ao público, com a finalidade de prestar informações sobre o serviço e/ou identificar o usuário que deseja contato, garantindo o correto atendimento de suas necessidades – Base legal: legítimo interesse.
- ✓ Para registro e correspondência, com a finalidade de cumprir com a obrigação legal de fornecimento de certidões e para atender os titulares de dados pessoais no exercício de seus direitos – Base Legal: cumprimento de obrigação legal.
- ✓ Em processos de recrutamento e seleção, com a finalidade de identificar um potencial candidato para preencher vaga na serventia – Base Legal: consentimento.

6. COM QUEM COMPARTILHAMOS OS DADOS?

O Tabelionato compartilha os dados com diversas entidades, mas é importante que você saiba que este compartilhamento decorre de obrigação legal. Não compartilhamos dados de forma voluntária, muito menos monetizamos base de dados.

COMPARTILHAMOS DADOS COM ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- ✓ CNJ – Conselho Nacional de Justiça através do “Sistema de Justiça aberta”
- ✓ “Sistema Eletrônico de Informações – SEI”, para os documentos apostilados conforme a Convenção da Apostila da Haia
- ✓ RFB - Receita Federal do Brasil
- ✓ COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras
- ✓ Poder Judiciário

COMPARTILHAMOS DADOS COM UMA ENTIDADE PRIVADA: O CNB – Colégio Notarial do Brasil, através da plataforma do e-notariado, para alimentar a base de dados da:

- ✓ CENSEC - Sistema do Colégio Notarial do Brasil para gerenciar bancos de dados com informações acerca de testamentos, procurações e escrituras públicas de qualquer natureza lavradas em todos os cartórios do Brasil.
- ✓ CCN - Base nacional de clientes do Notariado, alimentada por todos os cartórios que praticam atos notariais.
- ✓ CBF - Cadastro Único de Beneficiários Finais para controle de lavagem de dinheiro.

Importante esclarecer que os dados pessoais coletados pela serventia passam a constituir o que se denomina arquivo público, passível de conhecimento por meio de certidão, hipótese na qual o solicitante da certidão se responsabiliza por eventual uso indevido da informação.

7. O QUE ACONTECE COM SEUS DADOS APÓS O TÉRMINO DA SUA RELAÇÃO COM O TABELIONATO?

O tratamento de dados pessoais é realizado por meio de sistema de informática, sendo eles armazenados em bancos de dados informatizados, além de lançados nos livros oficiais.

O tratamento mantém-se durante o tempo necessário para a execução das atividades notariais, sendo que os assentos nos livros oficiais são de guarda perpétua em cumprimento da sua finalidade pública prevista na legislação notarial.

8. QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS TITULARES

A LGPD garante uma série de direitos aos titulares de dados, são eles:

1. **Confirmação de existência de tratamento de dados** pelo Tabelionato = direito de informação
2. **Acesso aos dados tratados**, mediante fornecimento de documento em forma de listagem, com exceção dos casos de sigilo. Não se confunde com a emissão de certidões.
3. **Correção de dados** que contenham informações incompletas, desatualizadas ou errôneas, quando e se decorrente de erro da serventia.
4. **Anonimização e bloqueio dos dados** desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na legislação aplicável.
5. **Portabilidade dos dados** a outro Tabelionato, o que já é realizado de forma automática por força do Provimento 100/2020 do CNJ que permite o compartilhamento de dados pessoais para prática de atos notariais entre Tabelionatos através de cadastros administrados pelo Colégio notarial do Brasil (CCN e CBF)
6. **Informação sobre as entidades públicas ou privadas com as quais o controlador realizou o compartilhamento de dados;**
7. **Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento** e sobre as consequências da negativa;
8. **Revogação de consentimento dado**, a qualquer momento, mediante requerimento expresso do titular;
9. **Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular**, mediante requerimento expresso do titular; e,
10. **Reclamação junto à ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados.**

9. COMO O TABELIONATO CUIDA DOS SEUS DADOS

Medidas administrativas como controle de acesso aos locais de armazenamento de livros e registros, preservação da integridade física dos documentos, política de mesa limpa, descarte seguro de papéis e documentos, assim como medidas técnicas como uso de sistemas seguros, utilização de *firewall* na rede, impedimento de uso de dispositivos pessoais, controle de acesso às bases de dados digitais por senhas fortes, assim como restrição de acesso conforme competências, são algumas medidas utilizadas pela serventia para a segurança dos dados e garantia de sua privacidade.

Além disso, o Tabelionato também conta com uma política interna de proteção de dados, uma política de segurança da informação e um plano de resposta à eventuais violações de dados.

10. QUAL É A LEI APLICÁVEL A ESTA POLÍTICA

Essa Política de Privacidade será interpretada de acordo com a lei brasileira aplicável e, qualquer questão ou controvérsia dela decorrente, deverá ser submetida a julgamento no Foro da Comarca de Catuípe/RS.

11. ESSA POLÍTICA PODE SER ALTERADA?

Visando melhoria contínua, nos reservamos o direito de modificar essa Política de Privacidade a qualquer momento, então, é recomendável que o usuário e visitante revise-a com frequência. As alterações e esclarecimentos vão surtir efeito imediatamente após sua disponibilização na serventia, independentemente de notificação. Ao utilizar o serviço ou fornecer informações pessoais após eventuais modificações, o titular de dados demonstra sua concordância com as novas normas.

12. AINDA FICOU COM DÚVIDAS?

O Tabelionato de Notas de Catuípe/RS possui um **ENCARREGADO, Sra. Debora Regina Machado**, que atua como canal de comunicação entre o controlador (Tabelião), os titulares de dados (você) e a ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados. **Nosso canal oficial de comunicação é pelo e-mail: dpocatuipe@gmail.com**

Você pode solicitar o formulário de atendimento ao titular de dados pelo e-mail acima, ou também no balcão do cartório.

Ao realizar o contato, faremos a verificação de seu pedido e, caso necessário, solicitaremos mais informações para validar sua identidade, prosseguindo o atendimento. Os dados pessoais tratados em decorrência deste contato estão sujeitos ao tratamento nomeado "Registro e Correspondência".

Nosso atendimento observará os prazos estipulados pela ANPD para resposta, visando celeridade ao processo. De toda a forma, nos comprometemos a retornar, sempre que possível, solicitações no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da solicitação.

13. CONTROLE DE VERSÕES

Versão	Data	Item Modificado	Motivo	Elaboração	Aprovação
1	31/08/2022	Versão Original	N/A	Controlador	----
1.1	25/04/2023	Diversos	Primeira Revisão da Política	Consultoria de adequação à LGPD	Controlador e Encarregado